



FE PARTICIPAÇÕES S.A.

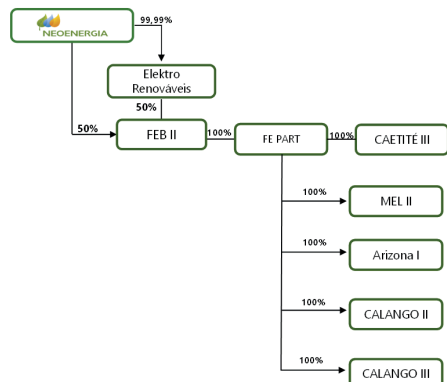
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2022, a Força Eólica Participações S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2023, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em maio de 2014, a Força Eólica do Brasil Participações, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil 1 S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. A Força Eólica Participações foi criada para viabilizar o financiamento do BNDES das suas subsidiárias.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia atua no segmento de geração de energia eólica e é controladora dos Parques Eólicos: Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2, adquiridos no segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora		
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida		3.108.891	1.28.081	-	-
Custos dos serviços		(47.973)	(51.843)	-	-
Custos com energia elétrica	4	(8.750)	(11.571)	-	-
Custos de operação	5	(39.223)	(40.272)	-	-
Lucro bruto		60.918	76.238	-	-
Perda de crédito esperadas	9,1	(2)	95	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(2.122)	(691)	(69)	(53)
Equivalência Patrimonial		-	-	41.077	54.752
Lucro operacional		58.794	75.642	41.008	54.699
Resultado financeiro		6 (6.221)	(14.509)	2.081	184
Receitas financeiras		16.256	5.470	2.140	231
Despesas financeiras		(22.466)	(19.936)	(94)	(47)
Outros resultados financeiros, líquidos		(1)	(43)	35	-
Lucro antes dos tributos		52.573	61.133	43.089	54.883
Tributos sobre o lucro		7 (10.141)	(6.282)	(657)	(32)
Corrente		(10.141)	(6.282)	(657)	(32)
Lucro líquido do exercício		42.432	54.851	42.432	54.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	42.432	54.851	42.432	54.851
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	42.432	54.851	42.432	54.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	Capital Social		Reservas de Lucros		Reserva de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Legal	Reserva de lucros	Reserva especial de retenção	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	218.336	13.914	-	2.694	32.811	37.949	305.704
Resultado abrangente do exercício:	-	-	-	-	-	42.432	42.432
Transações com os sócios:	-	-	-	(23.518)	(36.387)	-	(59.905)
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	26.995	(37.072)	(10.077)
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	26.995	(37.072)	(10.077)
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	-	2.122	-	3.238	(5.360)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	218.336	16.036	-	2.694	12.531	28.557	278.154
Saldos em 31 de dezembro de 2020	218.336	11.171	-	-	34.141	1.562	265.210
Resultado abrangente do exercício:	-	-	-	-	-	54.851	54.851
Transações com os sócios:	-	-	-	(1.330)	-	-	(1.330)
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	36.387	(49.414)	(13.027)
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	36.387	(49.414)	(13.027)
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	-	2.743	-	-	(5.437)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	218.336	13.914	-	2.694	32.811	37.949	305.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em maio de 2014, a Força Eólica do Brasil Participações, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil 1 S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. A Força Eólica Participações foi criada para viabilizar o financiamento do BNDES das suas subsidiárias. Os Parques Eólicos detidos pela companhia têm capacidade total instalada de 138MW, um total de 59,3MW médios comercializados, e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 2, Calango 3, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, os cinco Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Arizona 1 e Mel 2, entraram em Operação Comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calango 2 e Calango 3 continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e, então, no dia 31 de dezembro de 2015, foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Assegurada (MW/med)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Calango 2	Lagoa Nova – RN	30,0	12,8	09/05/2011	08/05/2046
Calango 3	Lagoa Nova – RN	30,0	13,9	30/05/2011	29/05/2046
Mel 2	Areia Branca – RN	20,0	8,8	28/02/2011	27/02/2046
Arizona 1	Rio do Fogo – RN	28,0	12,9	04/03/2011	03/03/2046
Caetité 3	Caetité – BA	30,0	11,2	24/02/2011	23/02/2046

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2022 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado negativo de R\$ 28.614 (R\$ 30.768 em 31 de dezembro 2021). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. 1.1 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1 **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de geren-

ciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alcada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desdobros sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Os Parques Eólicos detidos pela companhia têm capacidade total instalada de 138MW, um total de 59,3MW médios comercializados, e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 2, Calango 3, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, os cinco Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Arizona 1 e Mel 2, entraram em Operação Comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calango 2 e Calango 3 continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e, então, no dia 31 de dezembro de 2015, foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calango 2 e Calango 3 continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e, então, no dia 31 de dezembro de 2015, foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação %
EBITDA	41.008	54.699	(25,03)
Resultado Financeiro	2.081	184	1.030,98
Lucro Líquido	42.432	54.851	(22,64)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/22	dez/21	Variação %
Ativo Total	288.258	324.702	(11,22)
Patrimônio Líquido	278.154	305.704	(9,01)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação %
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽³⁾	19,71	297,28	(93,37)

⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	42.432	54.851	42.432	54.851
Lucro líquido do exercício	42.432	54.851	42.432	54.851
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	20.196	22.258	-	-
Baixa de ativos não circulantes	-	979	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(41.077)	(54.752)
Tributos sobre o lucro	10.141	6.283	657	32
Resultado financeiro, líquido	6.221	14.509	(2.081)	(184)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(770)	23.990	-	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	5.897	(1.422)	-	(14)
Outros tributos a recuperar (recoller) e encargos setoriais, líquidos	(3.179)	(412)	(195)	1.544
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	17.762	(4.051)	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(9.495)	2.807	(1.800)	(94)
Caixa líquidos proveniente das operações	89.205	119.792	(2.064)	1.383
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	79.039	10.524
Encargos de dívidas pagas	(17.338)	(16.708)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	15.968	5.226	2.246	221
Pagamento de juros – arrendamentos	(1.260)	(851)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(8.049)	(4.641)	(658)	(13)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	78.526	102.818	78.563	12.115
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.921)	(4.876)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(121.145)	(69.502)	(79.039)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	161.670	11.271	79.290	36
Caixa gerado nas atividades de investimentos	33.604	(63.107)	251	36
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(28.249)	(28.174)	-	-
Depósitos em garantias	(71)	124	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(138)	(80)	-	-
Remuneração paga aos acionistas	(78.885)	(10.553)	(78.885)	(10.553)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(107.343)	(38.683)	(78.885)	(10.553)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	4.787	1.028	(71)	1.598
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.183	25.155	4.375	2.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.970	26.183	4.304	4.375
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão ambiental	2.824	-	-	-
Provisão de desmantelamento	593	3.876	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dessa mesma Resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	42.432	54.851	(12.419)	(22,64)
Receitas financeiras	2.140	231	1.909	826,41
Despesas Financeiras	(94)	(47)	(47)	100,00
Outros resultados financeiros líquidos	35	-	-	-
Imposto de renda	(657)	(32)	(625)	1.953,13
EBITDA	41.008	54.699	(13.691)	(25,03)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$15.314,40 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Força Eólica Participações S.A. ("FE Par"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FE Par e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FE Par.

práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 16 de março de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
12.1	Imobilizado
15.1	Provisões

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. **b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	2022	2021
Fornecimento de energia	123.978	124.653	
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.423	15.903	
Outras receitas	8	1.490	
Receita operacional bruta	125.409	142.046	
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(16.518)	(13.965)	
Receita operacional líquida	108.891	128.081	

3.1 Deduções de receita bruta

	Consolidado	2022	2021
Tributos			
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(11.173)	(8.656)	
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(4.875)	(4.855)	
	(16.048)	(13.511)	

Encargos setoriais

Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(470)	(454)
Total	(16.518)	(13.965)

3.2 Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	2022	2021
Compra para revenda			
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(1.538)	(5.631)	
Energia curto prazo - PLD	(104)	191	
Outros	(49)	(50)	
Subtotal	(1.691)	(5.490)	
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão			
Encargos de rede básica	(4.478)	(3.859)	
Encargos de conexão	(474)	(431)	
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.107)	(1.791)	
Subtotal	(7.059)	(6.081)	
Total dos custos com energia elétrica	(8.750)	(11.571)	

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		2022		2021	
	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Custos de operação	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Custos de operação	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Custos de operação
Pessoal e benefícios a empregados	(1.905)	(1.463)	(3.368)	(1.850)	(2)	(1.852)
Serviços de terceiros	(15.327)	(462)	(15.789)	(14.376)	(466)	(14.842)
Depreciação e amortização	(20.192)	(4)	(20.196)	(22.258)	-	(22.258)
Outras receitas e despesas, líquidas (1)	(1.799)	(193)	(1.992)	(1.788)	(223)	(2.011)
Total	(39.223)	(2.122)	(41.345)	(40.272)	(691)	(40.963)

(1) Inclui materiais, alugueis, tributos e demais custos diversos.

5.1. Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de Terceiros	(12.590)	(11.684)
Serviços técnicos e Manutenções	(102)	(5)
Serviços jurídicos	(112)	(182)
Consultoria e auditoria	(50)	-
Comunicação	(1.665)	(1.651)
Vigilância	(1.270)	(1.320)
Outros serviços	(15.789)	(14.842)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	Controladora	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras						
Renda de aplicações financeiras	15.968	5.226	2.246	221		
(-) Tributos sobre receita financeira	(106)	(11)	(106)	(11)		
Outras receitas financeiras	394	255	-	21		
	16.256	5.470	2.140	231		
Despesas Financeiras						
Encargos sobre instrumentos de dívida¹	(18.884)	(16.702)	-	-		
Atualização de provisões para processos judiciais	(1.732)	(900)	-	-		
Outras despesas financeiras	(1.850)	(2.334)	(94)	(47)		
	(22.466)	(19.936)	(94)	(47)		
Outros resultados financeiros, líquidos						
Perdas com outras variações cambiais e monetárias	(49)	(51)	-	-		
Ganhos com outras variações cambiais e monetárias	38	8	35	35		
	(11)	(43)	35	35		
Resultado financeiro líquido	(6.221)	(14.509)	2.081	184		

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional, tais como IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M entre outros; e amortização dos custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 3%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	52.573	61.133	43.089	54.883		
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34% (17.874)	(17.874)	(20.785)	(14.650)	(18.660)		
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:						
Diferença de presunção de base do lucro presumido	7.706	14.491	13.966	18.616		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	27	12	27	12		
Tributos sobre o lucro	(10.141)	(6.282)	(6.577)	(32)		
Alíquota efetiva	19%	10%	2%	0%		
Corrente	(10.141)	(6.282)	(6.577)	(32)		

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas bra-

sileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseadas em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos de certeza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	10.624	8.520	41	22
Fundos de investimento	20.346	17.663	4.263	4.353
Total	30.970	26.183	4.304	4.375

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 99,4% do CDI (99,31% em 31 de dezembro de 2021). As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos no ano de 2022 foi 99,40% do CDI para o fundo BB Polo 28 (98,12% em 2021).

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Perda de créditos a receber	(8)	(8)	(6)	(6)
Contas a receber líquidas	12.459	10.207	10.207	10.207
Rece-bível esperada	12.467	10.215	10.213	10.213
Total	12.459	10.207	10.207	10.207

Fornecimento de energia 12.459 (8) 12.451 10.207 (6) 10.201
Terceiros 11.671 (8) 11.663 9.477 (6) 9.471
Partes relacionadas 788 - 788 730 - 730
Comercialização de energia na CCEE 810 - 810 2.290 - 2.290
Total **13.269** **(8)** **13.261** **12.497** **(6)** **12.491**
Ativo circulante 13.261 12.491
O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Perdas de créditos esperadas	(8)	(8)	(6)	(6)
Rece-bível esperada	12.459	10.144	10.144	10.144
Total	12.459	10.144	10.144	10.144

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(6)	(101)	
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(2)	95	
Saldo final do exercício	(8)	(6)	

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	119.068	56.827	1.125	1.114
Aplicação	121.145	69.502	79.039	-
Resgate	(161.670)	(11.271)	(79.290)	(36)
Rendimentos	12.382	4.010	1.746	47
Saldo final	90.925	119.068	2.620	1.125

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,52% (99,30% 2021) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial do exercício	276.183	263.904		
Participações societárias no resultado	41.077	54.752		
Dividendos declarados	(46.166)	(42.473)		
Saldo final do exercício	271.094	276.183		

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial do exercício	42.629	10.680		
Declarados	46.166	42.473		
Recebidos	(79.039)	(10.524)		
Saldo final do exercício	9.756	42.629		

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

Controladas	Participação	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
		Patrimoniais/Resultado	Circulante	Não circulante	Não circulante		
CALANGO 2	100%	2022 12.084	101.006	15.328	43.207	54.555	10.874
		2021 12.212	11				

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	42.432	54.851
Reserva legal	(2.122)	(2.743)
Reserva de retenção de lucros	(3.238)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	(2.694)
Lucro líquido a distribuir	37.072	49.414
Remuneração		
Mínima obrigatória (1)	10.077	13.027
Dividendos adicionais propostos	26.995	36.387
	37.072	49.414
Natureza da remuneração		
Dividendos	37.072	49.414
	37.072	49.414

(1) Os dividendos mínimos obrigatórios têm como base o lucro líquido menos a reserva legal. Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação (R\$) ON
2022			
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos	36.387	0,1666559798
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios	13.027	0,0596649201
RCA de 29 de abril de 2022	Dividendos Intermediários	23.518	0,0596649201
		72.932	
2021			
AGE de 16 de dezembro de 2021	Dividendos	1.330	0,0060915287
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendos mínimos obrigatórios	10.553	0,0483337608
		11.883	

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	2022	2021
Saldos no início do exercício	18.979	15.175
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos Declarados	69.983	14.357
Dividendos Pagos no exercício	(78.885)	(10.553)
Saldos no final do exercício	10.077	18.979

16.3 Reservas de lucros: **16.3.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.3.2 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.3.3 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976. **16.4 Política contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instru-

17.3 Principais transações com partes relacionadas:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Venda de energia elétrica	IPCA	10 anos	2033	(710)	(1.716)
b)	Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco	Venda de energia elétrica	IGPM	Entre 9 e 11 anos	Entre 2031 e 2034	788	8.894
c)	Força Eólica do Brasil 2	Dividendos a pagar	-	N/A	2023	(10.077)	-
d)	Calango 2, Calango 3, Arizونا 1, Mel 2 e Caetité 3	Dividendos a receber	-	N/A	2023	9.756	-

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.624	20.346	8.520	17.663
Títulos e valores mobiliários	-	90.925	-	119.068
Contas a receber de clientes e outros	13.269	-	12.497	-
	23.893	111.271	21.017	136.731
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	11.897	-	6.000	-
Empréstimos e financiamentos	192.782	-	219.541	-
Passivo de arrendamento	9.508	-	7.877	-
Outros passivos financeiros	1.180	-	1.014	-
	215.367	-	234.432	-

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado.

18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7, (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e pas-

mentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou do sistema de transmissão; (iii) dividendos; (iv) provisão referente ao sinistro nos parques. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: **17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Consolidado			
	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista
Ativo				
Contas a receber e outros (b)	788	-	788	730
Outros ativos	49	-	49	-
	837	-	837	730
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	1.089	-	1.089	430
Dividendos a pagar (c)	-	10.077	10.077	-
Outros passivos	4.838	-	4.838	2.617
	5.927	10.077	16.004	3.047
	10.077	16.004	3.047	18.979
	22.026	-	22.026	-
	2022	2021	2022	2021
Controladora				
Controlada Acionista				
Total				
Ativo				
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber (d)	9.756	-	9.756	42.629
	9.756	-	9.756	42.629
Passivo				
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (c)	-	10.077	10.077	-
	-	10.077	10.077	-

17.2 Transações com partes relacionadas:

	Consolidado			
	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a)/(b)	9.088	9.088	10.721	10.721
Custos dos serviços (a)	(5.677)	(5.677)	(7.267)	(7.267)
Despesas gerais e administrativas	(1.463)	(1.463)	-	-
	1.948	1.948	3.454	3.454

	Índice de correção/remuneração contratual				Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
	CA	VJR	CA	VJR				
a)	NC Energia	100%	100%	100%	10 anos	2033	(710)	(1.716)
b)	Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco	100%	100%	100%	Entre 9 e 11 anos	Entre 2031 e 2034	788	8.894
c)	Força Eólica do Brasil 2	100%	100%	100%	N/A	2023	(10.077)	-
d)	Calango 2, Calango 3, Arizونا 1, Mel 2 e Caetité 3	100%	100%	100%	N/A	2023	9.756	-

sivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	20.346	20.346	17.663	17.663
Títulos e valores mobiliários	90.925	90.925	119.068	119.068
	111.271	111.271	136.731	136.731

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	192.782	192.782	219.541	219.541

18.5 Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • **Custo amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • **Valor justo por meio do resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da FE Participações S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FE Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Informações comparativas - Valores correspondentes:* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 29 de março de 2022, com uma opinião sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O

simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **18.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Exposição		Cenário	Impacto	Impacto
			Taxa no exercício	(Saldo/ Provisão) Nocial)			
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	123.034	16.844	(2.526)	(5.053)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Divida em TJLP	TJLP	TJLP	7,37%	(204.544)	(22.599)	(2.630)	(5.261)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Titulares

Xabier Viteri - Presidente
Solange Maria Pinto Ribeiro
Laura Cristina da Fonseca Porto
Juliano Pansanato de Souza

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora Presidente
Diretores
Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros

Contadora
Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3
Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da FE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.793.756/0001-14 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.
Xabier Viteri
Presidente do Conselho
Solange Maria Pinto Ribeiro
Conselheiro
Laura Cristina da Fonseca Porto
Conselheiro
Juliano Pansanato de Souza
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia FE Participações S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.793.756/0001-14, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da FE Participações alusivas ao exercício social findo em 31.12.2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FE Participações relativas ao exercício social findo em 31.12.2022.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.
Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora Presidente
Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros
Diretores

risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de auditoria compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2023
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "R" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

